



**Chesf**

# **Proposta da Administração**

## **72ª AGO**



MINISTÉRIO DE  
MINAS E ENERGIA



Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 30 de abril de 2020.

**Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2019.**

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2019, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, [www.chesf.gov.br](http://www.chesf.gov.br), no link “Investidores” a partir do dia 27 de março de 2020. Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no **Anexo 01** do presente documento.

**Item II - Destinação do Resultado do Exercício.**

Em conformidade com a Legislação Societária e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A administração da Companhia propõe que o Lucro Líquido do Exercício, no montante de R\$ 3.486.130.771,61, tenha a seguinte destinação:

- (i) constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 174.306.538,58;
- (ii) constituição de Reserva de Lucros de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 282.469.496,82, decorrente da fruição do Incentivo Fiscal da SUDENE;
- (iii) pagamento do dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 757.338.684,06, equivalente à 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, cujo pagamento deverá ocorrer até 31/12/2020; e
- (iv) constituição de Reserva de Lucro (Especial) com o saldo remanescente dos lucros não distribuídos, no valor de R\$ 2.272.016.052,15, para futuro pagamento aos acionistas tão logo a situação financeira da Companhia permitir, ou compensação de prejuízos futuros, nos termos do art. 202 §§ 4º e 5º da Lei das Sociedades por Ações.

A administração propõe ainda o pagamento de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores, mantidos em Reserva Especial, no valor de R\$ 418.224.978,84, cujo pagamento deverá ocorrer até 31/12/2020.

As informações relativas ao ANEXO 9-1-II À IN CVM 481/09, encontram-se no **Anexo 02** deste documento. Parecer específico do Conselho Fiscal sobre a retenção do dividendo obrigatório, sob a forma de Reserva Especial, encontra-se no **Anexo 04**.

**Participação nos lucros e resultados:** Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20/12/2000 e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 91,4 milhões.

**Item III - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.**

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2020 a março de 2021 no valor de R\$ 6.673.700,58, incluído neste valor os

encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no **Anexo 03** deste documento.

**Item IV – Mudança dos Jornais em que são feitas as Publicações Societárias exigidas por Lei.**

Em conformidade com o que estabelece o Art. 289 da Lei nº 6.404/1976, que estabelece que as publicações ordenadas pela referida Lei sejam feitas no órgão oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, bom como, de seu parágrafo 3º, que estabelece que qualquer mudança nos Jornais em que são feitas as publicações devem ser precedida de aviso aos acionistas no extrato da ata da assembléia-geral ordinária, apresentamos a proposição de que, a partir desta Assembleia Geral Ordinária, todas as publicações legais sejam feitas no Diário Oficial da União e em outro Jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia.

Recife, 27 de março de 2020

A Administração

**COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009**
**10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES**
**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**
**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia registrou no exercício de 2019 um lucro líquido de R\$ 3.485,9 milhões (R\$ 265,9 milhões em 2018) representando um aumento de R\$ 3.220,0 milhões em relação ao ano anterior.

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures, financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e TVM. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos, empréstimos e debêntures	1.333.141	1.650.334	2.244.315
(-) Caixa, Equivalente de Caixa e TVM	1.207.806	430.561	228.718
<b>Dívida líquida</b>	<b>125.335</b>	<b>1.219.773</b>	<b>2.015.597</b>
(+) Total do patrimônio líquido	17.707.929	15.394.444	13.856.372
<b>Total do capital</b>	<b>17.833.264</b>	<b>16.614.217</b>	<b>15.871.969</b>
Índice de alavancagem financeira	0,7%	7,3%	12,7%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta um nível de alavancagem que atingiu 0,5% em 31/12/2019.

A previsão de fluxo de caixa realizada pela Companhia é monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

**b. estrutura de capital**

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

**Em 31 de dezembro de 2019** sua dívida bruta totalizou R\$ 1.333,1 milhões, 19,2% menor que os R\$ 1.650,3 milhões em 2018, dos quais 17,2% (R\$ 229,2 milhões) é de curto prazo e 82,8% (R\$ 1.103,9 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2019 o saldo de R\$ 125,3 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2018** sua dívida bruta totalizou R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que os R\$ 2.244,3 milhões em 2017, dos quais 34,3% (R\$ 566,3 milhões) é de curto prazo e 65,7% (R\$ 1.084,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2018 o saldo de R\$ 1.220,0 milhões.

**Em 31 de dezembro de 2017** sua dívida bruta totalizou R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que os R\$ 2.204,0 milhões em 2016, dos quais 55,4% (R\$ 1.244,0 milhões) é de curto prazo e 44,6% (R\$ 1.000,3 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2017 o saldo de R\$ 2.015,6 milhões.

Dívida	R\$ mil				
	2019	2018	2017	Δ% 2019 Vrs. 2018	Δ% 2018 Vrs. 2017
Curto prazo	229.203	566.328	1.243.969	(59,5)	(54,5)
Longo prazo	1.103.938	1.084.006	1.000.346	1,8	8,4
<b>Dívida Bruta Total</b>	<b>1.333.141</b>	<b>1.650.334</b>	<b>2.244.315</b>	<b>(19,2)</b>	<b>(26,5)</b>
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	1.207.806	430.561	228.718	180,5	88,2
<b>Dívida Líquida</b>	<b>125.335</b>	<b>1.219.773</b>	<b>2.015.597</b>	<b>(89,7)</b>	<b>(39,5)</b>

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

	R\$ mil				
	2019	2018	2017	Δ% 2019 Vrs. 2018	Δ% 2018 Vrs. 2017
Capital Próprio	17.707.929	15.394.444	13.856.372	15,0	11,1
Capital de Terceiros	11.276.719	11.040.537	10.959.555	2,1	0,7
<b>Capital Total</b>	<b>28.984.648</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>9,6</b>	<b>6,5</b>

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra redução de 2,5 pontos percentuais entre 2017 e 2018, apontando 44,2% em 31/12/2017 e 41,8% em 31/12/2018. Já em 31/12/2019, o capital de terceiros passou a representar 38,9%, reduzindo 2,9 pontos percentuais em relação a 2018.

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

**Em 2019**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, outras provisões – GAG melhoria, Receita Líquida RBSE, Cred. Liq. Duvidosa - Leniência foi de R\$ 1.477,3 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 917,9 milhões, 228,4% maior que em 2018 (R\$ 279,5 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.333,1 milhões, 19,2% menor que em 2018 (R\$ 1.650,3 milhões).

**Em 2018**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, outras provisões – FID foi de R\$ 720,1 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 279,5 milhões, 30,7% menor que em 2017 (R\$ 403,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.650,3 milhões, 26,5% menor que em 2017 (R\$ 2.244,3 milhões).

**Em 2017**, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*/contrato oneroso, provisão para perdas em investimentos, provisão para desligamento de pessoal, outras provisões – FID foi de R\$ 589,9 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 403,6 milhões, 51,0% maior que em

2016 (R\$ 267,3 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.244,3 milhões, 1,8% maior que em 2016 (R\$ 2.204,0 milhões).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

#### **d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, BNDES e Banco Safra.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

**Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício**

	R\$ mil		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	1.477.271	720.111	589.864
Financiamentos, empréstimos e debêntures	98.540	482.116	656.134
<b>Total</b>	<b>1.575.811</b>	<b>1.202.227</b>	<b>1.245.998</b>

#### **e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

#### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda**

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

**Endividamento Total**

	R\$ mil		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	423.773	249.474	423.355
Folha de pagamento	5.144	126	18.464
Tributos a recolher	848.224	704.224	216.290
Financiamentos e empréstimos	218.280	555.721	1.090.875
Remuneração aos acionistas	1.175.647	158.680	30.600
Outras provisões operacionais	91.774	99.304	103.738
Obrigações estimadas	123.499	128.573	139.817
Incentivo ao Desligamento Voluntário	105.700	100.672	55.642
Benefícios pós-emprego	120.649	116.042	151.616
Encargos setoriais	153.743	135.546	144.579
Debêntures	10.923	10.607	153.094
Outros	118.335	74.022	83.149
	<b>3.395.691</b>	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos a recolher	34.653	20.368	21.137
Passivos fiscais diferidos	1.662.708	3.165.745	3.331.821
Financiamentos e empréstimos	964.539	942.480	1.000.346
Benefícios pós-emprego	1.149.134	974.667	973.514
Incentivo ao Desligamento Voluntário	113.048	35.305	20.691
Encargos setoriais	436.066	408.147	361.790
Provisões para contingências	3.114.875	2.715.332	2.298.304
Provisão contrato oneroso	43.209	215.288	184.587
Obrigações vinculadas à Concessão	54.005	55.693	57.381
Debêntures	139.399	141.526	-
Outros	169.392	32.995	98.765
	<b>7.881.028</b>	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>
<b>CAPITAL DE TERCEIROS</b>	<b>11.276.719</b>	<b>11.040.537</b>	<b>10.959.555</b>

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	R\$ mil						
	31/12/2019				31/12/2018	31/12/2017	
	Circulante		Total	Não Circulante	Total	Total	Total
Principal	Encargos	Principal					
Eletrobras	-	-	-	-	-	271.094	838.125
Banco do Brasil	17.242	5	17.247	-	17.247	120.733	224.217
Banco do Nordeste	34.052	3.137	37.189	373.388	410.577	204.803	117.675
Caixa Econômica	50.000	368	50.368	37.500	87.868	188.670	339.803
BNDES	67.279	1.267	68.546	375.064	443.610	506.667	571.401
SAFRA	21.413	23.517	44.930	178.587	223.517	206.234	-
<b>Total</b>	<b>189.986</b>	<b>28.294</b>	<b>218.280</b>	<b>964.539</b>	<b>1.182.819</b>	<b>1.498.201</b>	<b>2.091.221</b>

No exercício, a Companhia quitou todas as obrigações financeiras para com a Eletrobras.

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 3 a 6 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 3 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O empréstimo com o **Banco Safra** destina-se ao financiamento do capital de giro da Companhia, garantido pela cessão fiduciária de recebíveis de Contratos de Compra e Venda de Energia - CCVEs. Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial, são os seguintes: i) Se ocorrer qualquer uma das causas cogitadas nos artigos 333 e 1425 do Código Civil Brasileiro; ii) Se não realizarem, na respectiva data de vencimento, qualquer pagamento de sua responsabilidade, decorrente da presente Cédula; iii) Se tiver(em) sua falência, insolvência civil (concurso de credores), recuperação judicial ou extrajudicial requerida(s), deferida(s) ou decretada(s); iv) Se qualquer autorização governamental necessária ao cumprimento de qualquer obrigação decorrente desta Cédula for suspensa ou revogada; e v) Se, sem o expresse consentimento do SAFRA sofrer(em), durante a vigência desta Cédula, qualquer operação de transformação, incorporação, fusão ou cisão, ou qualquer outro tipo de reorganização ou transformação societária.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	320.333	27,08%	378.344	23,65%	334.309	15,99%
IPCA	73.481	6,21%	183.146	11,45%	122.491	5,86%
CDI	328.632	27,78%	603.585	44,07%	1.271.898	60,82%
TJLP	305.352	25,82%	333.126	20,83%	362.523	17,34%
Outros	155.021	13,11%	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.182.819</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.498.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>
Principal	1.154.525	97,61%	1.486.924	99,25%	2.075.872	99,27%
Encargos	28.294	2,39%	11.277	0,75%	15.349	0,73%
<b>Total</b>	<b>1.182.819</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.498.201</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.091.221</b>	<b>100,00%</b>

R\$ mil



- c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 964,5 milhões (R\$ 942,5 milhões, em 2018, e R\$ 1.000,3 milhões, em 2017), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
2020	-	224.806	396.630
2021	187.422	173.980	196.508
2022	147.899	128.543	104.149
2023	275.495	119.914	66.649
2024	84.784	70.688	63.712
Após 2024	268.939	224.549	172.698
<b>Total</b>	<b>964.539</b>	<b>942.480</b>	<b>1.000.346</b>

### g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Contrato	2019			2018			2017		
		Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização	Valor Contratado	Valor Utilizado	Utilização
		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)		(R\$ mil)	(R\$ mil)	
BB	Nº 306.401.146	500.000	500.000	100,00%	500.000	500.000	100,00%	500.000	500.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.000000010	400.000	400.000	100,00%	400.000	400.000	100,00%	400.000	400.000	100,00%
CEF	Nº 15.3515.763.00000002/9	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%
BNDES	Nº 13.2.1148.1	727.561	420.596	57,81%	727.560	419.596	57,67%	727.560	419.596	57,67%
BNDES	Nº 13.2.1149.1	475.454	267.538	56,27%	475.454	265.538	55,85%	475.454	265.538	55,85%
BNB	Nº 44.2009.6427.2237	32.576	15.573	47,81%	32.576	15.573	47,81%	32.576	15.573	47,81%
BNB	Nº 44.2010.645.2809	4.865	2.433	50,01%	4.865	2.433	50,00%	4.865	2.433	50,00%
BNB	Contrato de Financiame	388.998	388.998	100,00%	388.998	388.998	100,00%	388.998	388.998	100,00%
BNB	Nº 44.2017.1063.16994	158.420	157.151	99,20%	158.420	134.793	85,09%	158.420	134.793	85,09%
BNB	Nº 44.2018.1041.19120	155.817	73.200	46,98%	155.817	0	0,00%	155.817	0	0,00%
Banco Safra	Nº 002541064	200.000	200.000	100,00%	200.000	200.000	100,00%	0	0	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>3.243.691</b>	<b>2.625.489</b>	<b>80,94%</b>	<b>3.243.690</b>	<b>2.526.931</b>	<b>77,90%</b>	<b>3.043.690</b>	<b>2.326.931</b>	<b>76,45%</b>

## h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2019	2018	2017	2019 Vrs. 2018	2018 Vrs. 2017
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	118.001	276.986	181.262	0,41	1,05	0,73	(57,40)	52,81
Títulos e valores mobiliários	1.089.603	153.382	47.456	3,76	0,58	0,19	610,39	223,21
Clientes	1.359.889	838.904	588.382	4,69	3,17	2,37	62,10	42,58
Tributos a recuperar	833.278	615.352	88.328	2,87	2,33	0,36	35,41	596,67
Cauções e depósitos vinculados	34.897	30.683	26.934	0,12	0,12	0,11	13,73	13,92
Almo xarifado	77.793	72.809	67.347	0,27	0,28	0,27	6,85	8,11
Serviços em curso	361.709	321.557	250.830	1,25	1,22	1,01	12,49	28,20
Ativo da concessão de serviço público	2.148.096	2.210.630	2.210.158	7,41	8,36	8,91	(2,83)	0,02
Dividendos a Receber	15.853	19.704	14.084	0,05	0,07	0,06	(19,54)	39,90
Fachef Saúde Mais	65.854	35.182	65.859	0,23	0,13	0,27	87,18	(46,58)
Outros	17.1557	155.760	126.358	0,59	0,59	0,51	10,14	23,27
	<b>6.276.530</b>	<b>4.730.949</b>	<b>3.666.998</b>	<b>21,65</b>	<b>17,90</b>	<b>14,78</b>	<b>32,67</b>	<b>29,01</b>
Ativos não circulantes mantidos para venda	<b>125.816</b>	<b>175.651</b>	-	0,43	0,66	-	(28,37)	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Realizável a Longo Prazo</b>								
Clientes	-	8.413	13.397	-	0,03	0,05	(100,00)	(37,20)
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	1,68	1,85	1,97	-	-
Títulos e valores mobiliários	202	193	958	-	-	-	4,66	(79,85)
Tributos a recuperar	1.457.239	202.176	377.319	5,03	0,76	1,52	620,78	(46,42)
Cauções e depósitos vinculados	704.469	627.007	660.351	2,43	2,37	2,66	12,35	(5,05)
Ativo da concessão de serviço público	12.599.345	12.993.589	11.885.473	43,47	49,15	47,89	(3,03)	9,32
Adiantamento a investidas	66.200	275.529	478.000	0,23	1,04	1,93	(75,97)	(42,36)
Outros	52.634	30.602	36.282	0,18	0,12	0,15	72,00	(15,66)
	<b>15.367.911</b>	<b>14.625.331</b>	<b>13.939.602</b>	<b>53,02</b>	<b>55,33</b>	<b>56,17</b>	<b>5,08</b>	<b>4,92</b>
<b>Investimentos</b>	5.127.176	4.967.077	5.439.897	17,69	18,79	21,92	3,22	(8,69)
<b>Imobilizado</b>	1.944.709	1.840.042	1.711.542	6,71	6,96	6,90	5,69	7,51
<b>Intangível</b>	142.506	95.931	57.888	0,49	0,36	0,23	48,55	65,72
	<b>22.582.302</b>	<b>21.528.381</b>	<b>21.148.929</b>	<b>77,91</b>	<b>81,44</b>	<b>85,22</b>	<b>4,90</b>	<b>1,79</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>28.984.648</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>9,65</b>	<b>6,52</b>

## BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2019	2018	2017	2019 Vrs. 2018	2018 Vrs. 2017
<b>PASSIVO E PL</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	423.773	249.474	423.355	1,46	1,71	1,35	69,87	(41,07)
Folha de pagamento	5.144	126	18.464	0,02	0,07	0,09	3.982,54	(99,32)
Tributos a recolher	848.224	704.224	216.290	2,93	0,87	0,50	20,45	225,59
Financiamentos e empréstimos	218.280	555.721	1.090.875	0,75	4,40	4,01	(60,72)	(49,06)
Remuneração aos acionistas	1.175.647	158.680	30.600	4,06	0,12	-	640,89	418,56
Outras provisões operacionais	91.774	99.304	103.738	0,32	0,42	0,46	(7,58)	(4,27)
Obrigações estimadas	123.499	128.573	139.817	0,43	0,56	0,70	(3,95)	(8,04)
Incentivo ao Desligamento Voluntário	105.700	100.672	55.642	0,36	0,22	0,16	4,99	80,93
Benefícios pós-emprego	120.649	116.042	151.616	0,42	0,61	0,12	3,97	(23,46)
Encargos setoriais	153.743	135.546	144.579	0,53	0,58	0,32	13,42	(6,25)
Debêntures	10.923	10.607	153.094	0,04	0,62	-	2,98	(93,07)
Outros	118.335	74.022	83.149	0,41	0,34	1,00	59,86	(10,98)
	<b>3.395.691</b>	<b>2.332.991</b>	<b>2.611.219</b>	<b>11,72</b>	<b>10,52</b>	<b>8,72</b>	<b>45,55</b>	<b>(10,66)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				-	-	-	-	-
Tributos a recolher	34.653	20.368	21.137	0,12	0,09	0,09	70,13	(3,64)
Passivos fiscais diferidos	1.662.708	3.165.745	3.331.821	5,74	13,43	14,08	(47,48)	(4,98)
Financiamentos e empréstimos	964.539	942.480	1.000.346	3,33	4,03	5,52	2,34	(5,78)
Benefícios pós-emprego	1.149.134	974.667	973.514	3,96	3,92	6,02	17,90	0,12
Incentivo ao Desligamento Voluntário	113.048	35.305	20.691	0,39	0,08	0,16	220,20	70,63
Encargos setoriais	436.066	408.147	361.790	1,50	1,46	1,49	6,84	12,81
Provisões para contingências	3.114.875	2.715.332	2.298.304	10,75	9,26	7,96	14,71	18,15
Provisão contrato oneroso	43.209	215.288	184.587	0,15	0,74	1,21	(79,93)	16,63
Obrigações vinculadas à Concessão	54.005	55.693	57.381	0,19	0,23	0,26	(3,03)	(2,94)
Debêntures	139.399	141.526	-	0,48	-	-	(1,50)	-
Outros	169.392	32.995	98.765	0,58	0,40	0,02	413,39	(66,59)
	<b>7.881.028</b>	<b>8.707.546</b>	<b>8.348.336</b>	<b>27,19</b>	<b>33,64</b>	<b>36,80</b>	<b>(9,49)</b>	<b>4,30</b>
<b>P. LÍQUIDO</b>				-	-	-	-	-
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	33,65	39,31	42,19	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	16,96	19,81	21,26	-	-
Reservas de lucros	4.691.108	2.354.453	746.160	16,18	3,01	-	99,24	215,54
Outros resultados abrangentes	(1.673.994)	(1.649.160)	(1.576.803)	(5,78)	(6,35)	(7,88)	1,51	4,59
Lucros/Prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	(1,16)	-	-
	<b>17.687.266</b>	<b>15.375.445</b>	<b>13.839.509</b>	<b>61,02</b>	<b>55,77</b>	<b>54,42</b>	<b>15,04</b>	<b>11,10</b>
Participação de não controladores	20.663	18.999	16.863	0,07	0,07	0,07	8,76	12,67
	<b>17.707.929</b>	<b>15.394.444</b>	<b>13.856.372</b>	<b>61,09</b>	<b>55,84</b>	<b>54,49</b>	<b>15,03</b>	<b>11,10</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PL</b>	<b>28.984.648</b>	<b>26.434.981</b>	<b>24.815.927</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>9,65</b>	<b>6,52</b>

Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

## **ATIVO**

### **Ativo Circulante**

Apresentou aumento de 32,67%, passando de R\$ 4.730,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 6.276,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

#### Caixa e Equivalentes de Caixa

Redução de 57,40% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 277,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 118,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Títulos e Valores Mobiliários

Aumento de 610,39% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 153,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.089,6 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Clientes

Aumento de 62,10%, que passou de R\$ 838,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.359,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Tributos a Recuperar

Aumento de 35,41%, que passou de R\$ 615,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 833,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 13,73%, que passou de R\$ 30,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 34,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. As cauções no ativo circulante são principalmente compostas por garantias contratuais.

#### Ativo da Concessão de Serviço Público

Redução de 8,03% no ativo financeiro, que passou de R\$ 2.210,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 2.148,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, passando a representar 7,41% do ativo total em 2019, sendo em 2018 e 2017, 8,36% e 8,91%, respectivamente.

### **Ativo Não Circulante**

O ativo não circulante apresentou um aumento de 4,9%, passando de R\$ 21.528,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 22.582,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações foram:

#### Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 12,35% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 627,0 milhões em 2018 para R\$ 704,5 milhões em 2019.

### Realizável a Longo Prazo: Adiantamento a Investidas

Redução de 75,97%, passando de R\$ 275,5 milhões em 2018 para R\$ 66,2 milhões em 2019, decorrente da capitalização de AFACs.

ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL EM SPE	2019	2018	2017
Energia Sustentável do Brasil S.A. (Usina Jirau)	66,2	168,6	367,2
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	101,0	101,0
VamCruz I Participações S.A.	-	5,9	9,8
<b>TOTAL</b>	<b>66,2</b>	<b>275,5</b>	<b>478,0</b>

### Investimentos

Apresentou aumento de 3,22%, que passou de R\$ 4.967,1 milhões em 2018 para R\$ 5.127,2 milhões em 2019, representando 17,69% de participação no ativo total da Companhia, sendo 18,79 % em 2018, e 21,92 % em 2017.

Os aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico atingiram os montantes de R\$ 497,0 milhões em 2017, R\$ 560,4 milhões em 2018 e R\$ 528,0 milhões em 2019, sendo este último, R\$ 269,6 milhões mediante capitalização de AFAC e R\$ 258,4 milhões em aportes de capital.

Contribuiu também para a elevação dos investimentos no valor de R\$ 41,6 milhões, a aquisição pela Chesf da participação acionária pertencente a ATP Engenharia Ltda. na Transmissora Delmiro Gouveia S.A. pelo valor de R\$ 34,0 milhões, gerando um ganho com compra vantajosa no montante de R\$ 7,6 milhões, tornando-a assim sua subsidiária integral.

Houve também a baixa nos investimentos decorrentes da incorporação da Sociedade de Propósito Específico *Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.*

No ano de 2019, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital e mediante aquisição de participação acionária, totalizaram R\$ 358,6 milhões, mantendo o mesmo montante de investimentos em relação ao ano de 2018, em função da entrada em operação da maioria das SPEs.

APORTES DE CAPITAL EM SPE	2019	2018	2017
Chapada do Piauí I Holding S.A.	-	4,6	0,0
Chapada do Piauí II Holding II S.A.	-	3,4	26,9
Norte Energia S.A. (Usina Belo Monte)	-	140,7	173,7
Companhia Energética Sinop	132,3	35,3	161,0
SPEs do Complexo Pindaí I, II e III	126,1	104,9	61,3
TDG Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (Aquis. de 26,79% das ações pertencentes a ATP Engenharia Ltda.)	34,0	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>292,4</b>	<b>289,0</b>	<b>422,9</b>

### Imobilizado

No ano de 2019, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 618,2 milhões, uma redução de 33,9% em relação ao ano de 2018, sendo esse montante assim distribuídos: R\$ 70,0 milhões em geração de energia; R\$ 474,5 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 73,7 milhões em outros gastos de infraestrutura.

Investimentos Corporativos em R\$ milhões	2019	2018	2017
	R\$ 618,2	R\$ 935,7	R\$ 898,3

## PASSIVO

### Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou 45,6%, passando de R\$ 2.333,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.395,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

#### Fornecedores

Aumento de 69,87% na conta de fornecedores, passando de R\$ 249,5 milhões em 2018 para R\$ 423,8 milhões em 2019.

#### Tributos a recolher

Aumento de 20,45% em tributos a recolher, passando de R\$ 704,2 milhões em 2018 para R\$ 848,2 milhões em 2019.

#### Financiamentos e Empréstimos

Redução de 60,72% em financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 555,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 218,3 milhões, em 31 de dezembro de 2019, decorrente da quitação de empréstimos junto a Eletrobras mediante a dação de SPEs em pagamento de dívida.

#### Remuneração aos Acionistas

Aumento no montante dos Dividendos a Pagar de R\$ 158,7 milhões em 2018 para R\$ 1.175,6 milhões em 2019, em razão da melhoria da situação financeira da Companhia. Apesar dessa melhoria, ainda não é possível distribuir a totalidade dos lucros.

#### Incentivo ao Desligamento Voluntário

Aumento de 4,99%, passando de R\$ 100,7 milhões, em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 105,7 milhões, em 31 de dezembro de 2019, decorrente, basicamente, da implementação do plano de incentivo ao desligamento.

### Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou redução de 9,49%, passando de R\$ 8.707,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 7.881,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

#### Passivos Fiscais Diferidos

A rubrica representa 5,74% do passivo total em 2019 e teve redução de 47,48% em relação a 2018, passando de R\$ 3.165,7 milhões em 2018, para R\$ 1.662,7 milhões em 2019. Tal efeito decorre da redução da taxa efetiva em função da renovação do benefício fiscal. Correspondem a débitos fiscais relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido provenientes de diferenças temporárias.

### Encargos Setoriais

Aumento de 6,84% na rubrica *Encargos Setoriais* no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 436,1 milhões (R\$ 408,1 milhões, em 2018).

### Provisões para Contingências

A rubrica representa 10,75% do passivo total (9,26% em 2018) e aumentou 14,71% em 2019, passando de R\$ 2.715,3 milhões, em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 3.114,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, esta variação é decorrente, principalmente, da provisão GSF e da atualização de processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

### Provisão contrato oneroso

Redução de 79,93% na *provisão contrato oneroso*, no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 43,2 milhões (R\$ 215,3 milhões, em 2018).

## **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O patrimônio líquido apresentou aumento de 15,03%, passando de R\$ 15.394,4 milhões, em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 17.707,9 milhões, em 31 de dezembro de 2019, em decorrência do lucro líquido apurado no valor de R\$ 3.485,9 milhões.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO**

(em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2019	2018	2017	2019 Vrs. 2018	2018 Vrs. 2017
<b>Receita Operacional Bruta</b>	6.187.000	5.782.617	5.753.685	100,00	100,00	100,00	6,99	0,50
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	(1.049.054)	(1.002.878)	(833.373)	16,96	17,34	14,48	4,60	20,34
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.137.946</b>	<b>4.779.739</b>	<b>4.920.312</b>	<b>83,04</b>	<b>85,62</b>	<b>94,71</b>	<b>7,49</b>	<b>(2,86)</b>
<b>Custo Operacional</b>								
Energia elétrica comprada para revenda	(307.340)	(267.126)	(311.103)	(4,97)	(4,62)	(5,41)	15,05	(14,14)
Encargos de uso da rede de transmissão	(712.357)	(612.767)	(634.616)	(11,51)	(10,60)	(11,03)	16,25	(3,44)
Custo de Construção	(471.275)	(835.002)	(620.834)	(7,62)	(14,44)	(10,79)	(43,56)	34,50
Custo de Melhoria	(40.028)	(29.845)	-	(0,65)	(0,52)	-	34,12	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>3.606.945</b>	<b>3.034.999</b>	<b>3.353.759</b>	<b>58,30</b>	<b>52,48</b>	<b>58,29</b>	<b>18,85</b>	<b>(9,50)</b>
Despesas Operacionais	(2.854.332)	(2.260.753)	(1.850.831)	(46,13)	(39,10)	(32,17)	26,26	22,15
<b>Resultado do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>752.613</b>	<b>774.246</b>	<b>1.502.928</b>	<b>12,16</b>	<b>13,39</b>	<b>26,12</b>	<b>(2,79)</b>	<b>(48,48)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	232.507	42.669	(27.167)	3,76	0,74	(0,47)	444,91	(257,06)
Resultado Financeiro	578.852	(42.051)	(250.249)	9,36	(0,73)	(4,35)	(1476,55)	(83,20)
<b>Resultado Antes dos Impostos</b>	<b>1.563.972</b>	<b>774.864</b>	<b>1.225.512</b>	<b>25,28</b>	<b>13,40</b>	<b>21,30</b>	<b>101,84</b>	<b>(36,77)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.921.891	(508.922)	(181.463)	31,06	(8,80)	(3,15)	(477,64)	180,45
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Período</b>	<b>3.485.862</b>	<b>265.942</b>	<b>1.044.049</b>	<b>56,34</b>	<b>4,60</b>	<b>18,15</b>	<b>1.210,76</b>	<b>(74,53)</b>
Resultado Atribuível aos Controladores	3.486.131	267.778	1.044.167	56,35	4,63	18,15	1.201,87	(74,35)
Resultado Atribuível aos Não Controladores	(269)	(1.836)	(118)	-	-	-	(85,35)	1.455,93
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	62,36	4,79	18,68	-	-	-	1.201,87	(74,35)

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

## 10.2 Os diretores devem comentar:

### a. resultados das operações do emissor, em especial

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita



As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão n.º 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

### **Outras Receitas Operacionais**

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

### **Deduções da Receita Operacional**

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei n.º 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFRH) relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

## **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

### **Cenário Econômico**

### **Condições Macroeconômicas Brasileiras**

**O ano de 2017** foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), por um processo contínuo de recuperação cíclica da economia brasileira. A produção, cuja trajetória havia encerrado 2016 de maneira instável, apresentou crescimento em todos os trimestres de 2017. No mesmo sentido, a inflação recuou fortemente ao longo do ano, voltando a crescer, em patamares confortáveis, apenas no último bimestre.

**No ano de 2018**, segundo dados do IPEA, a economia brasileira foi caracterizada por um processo ainda pouco vigoroso de recuperação. A produção manteve a trajetória verificada em 2017, apontando para uma retomada da estabilidade ao registrar crescimento, ainda que modesto, em todos os trimestres de 2018. No mesmo sentido, a inflação também encerrou o ano em um patamar confortável (3,75%), abaixo do centro da meta, apesar de ter crescido em relação aos 2,95% registrados no fechamento de 2017.

**No ano de 2019**, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o processo ainda relativamente lento de recuperação da economia brasileira ganhou fôlego no período recente. A aceleração da atividade econômica tem se mantido estável e, apesar de 2019 ter apresentado o menor crescimento dos últimos três anos, a expansão da economia nos três primeiros trimestres do ano ocorreu a taxas mais elevadas que a média de crescimento trimestral verificada em 2018. Sob controle, a inflação encerrou o ano em 4,31%, superior ao centro da meta (4,25%), mas ainda dentro do limite, que suporta até dois pontos percentuais acima do centro.

Movido principalmente pelo consumo das famílias e pela recuperação da construção civil nos três primeiros trimestres de 2019, o crescimento da produção arrefeceu no quarto trimestre e encerrou o ano em 1,1%, abaixo da expectativa de 2,53% divulgada em janeiro pelo Banco Central do Brasil (Boletim Focus, 28/01/2019). A tensão entre China e Estados Unidos e a recessão na Argentina, que afetam o câmbio e o volume de exportações brasileiras, assim como a persistência das consequências do rompimento de barragem em Brumadinho (MG), em janeiro, repercutiram negativamente sobre a produção industrial. Assim, apesar de manter o perfil de expansão retomado em 2017, a economia brasileira ainda não conseguiu superar a recessão ocorrida entre 2014 e 2016, tendo o Produto Interno Bruto (PIB) retornado agora ao patamar registrado no início de 2013 (R\$7,25 trilhões).

No mercado de trabalho, a taxa média de desemprego encerrou o ano em 11,9%, o que representa a segunda queda consecutiva desde 2017, quando havia atingido 12,7%. Essa trajetória, associada ao crescimento do número de trabalhadores por conta própria (5,9% de 2017 para 2018 e 4,1% de 2018 para 2019), foi inicialmente tida como um indício de deterioração das condições de emprego; agora, entretanto, pode estar sinalizando uma mudança na estrutura das relações trabalhistas face a uma regulamentação mais abrangente da terceirização e à consolidação da contratação de serviços via aplicativos de smartphones.

A inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou novo crescimento em 2019, encerrando o ano em 4,31%. O patamar está acima tanto da expectativa do mercado no fim de 2018, que era de 4,01%, como do centro da meta de 4,25% estabelecida pelo Banco Central do Brasil, apesar de ainda estar dentro do limite estabelecido, que vai até dois pontos percentuais acima do centro. Embora tenha acumulado alta de apenas 2,5% nos doze meses que se encerraram em outubro, o IPCA foi pressionado pela alta no preço da carne em novembro e dezembro, fruto do aumento da demanda externa decorrente dos acordos comerciais com a China realizados no fim de outubro.

Apesar do cenário macroeconômico descrito anteriormente, a CHESF, ao final do exercício fiscal, apresentou um excelente resultado operacional com crescimento de aproximadamente 13%. Essa recuperação nos resultados é fruto do esforço da Companhia em adequar seus custos operacionais com os devidos ajustes no quadro de pessoal, assim como na redução dos custos com materiais, serviços de terceiros e outras despesas operacionais. Adicionalmente, a conclusão de diversas obras referentes a empreendimentos no segmento de Transmissão de Energia entre os anos de 2018 e

2019 contribuiu para o aumento da sua receita operacional e a consequente melhoria do resultado da empresa.

A adequação nos custos operacionais e o crescimento das suas receitas favoreceu a ampliação do portfólio de ativos da Empresa em 2019 através do aumento de participação acionária, para posterior incorporação, de algumas Sociedades de Propósito Específico - SPE nas quais a CHESF é acionista. O resultado dessas incorporações representará um incremento direto na receita operacional de aproximadamente R\$ 125 milhões, a partir de 2020.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

**No ano de 2019**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.485,9 milhões (R\$ 265,9 milhões em 2018), representando um aumento de R\$ 3.220,0 milhões em relação ao ano anterior. Este aumento é decorrente principalmente do reconhecimento, no valor de R\$ 2.547 milhões, ativos/passivos fiscais diferidos, constituídos sobre diferença temporárias, em função de sucessivos lucros apurados nos últimos exercícios, da expectativa de lucros sustentáveis em períodos vindouros, e pela redução da taxa efetiva, advinda da renovação do benefício fiscal.

**No ano de 2018**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 265,9 milhões, representando uma redução de 74,5% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2017 da reversão de provisão de impairment e contrato oneroso de R\$ 875,4 milhões.

**No ano de 2017**, a Companhia registrou um lucro de R\$ 1.044,0 milhões, representando uma redução de 73,8% em relação ao ano anterior. Esta variação é decorrente do reconhecimento em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

**No ano de 2019**, a Companhia registrou um resultado financeiro positivo de R\$ 578,9 milhões, o que representa uma variação de R\$ 626,9 milhões em relação a 2018. Este valor se decorre, principalmente, da diferença positiva ente a Receita Financeira - RBSE FV e a Despesa Financeira – RBSE FV no valor de R\$ 485,0 milhões. Já em 2018 foi registrado um resultado financeiro negativo de R\$ 48 milhões e em 2017 um resultado financeiro positivo de R\$ 250,2 milhões.

	(R\$ milhões)		
Receitas (despesas) financeiras	2019	2018	2017
Resultado de aplicações financeiras	61,0	28,7	32,0
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	133,8	154,2	58,7
Outras variações monetárias ativas	44,5	11,3	9,3
Receita Financeira - RBSE FV	1.251,0	6,0	-
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(96,3)	(207,4)	(280,2)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(1,2)	(11,5)	(4,8)
Despesa Financeira - RBSE FV	(766,0)	-	-
Outras receitas (despesas) financeiras	(47,9)	(23,2)	(65,2)
<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	<b>578,9</b>	<b>(42,0)</b>	<b>(250,2)</b>

A **receita operacional bruta** totalizou R\$ 6.187,0 milhões, apresentando uma variação positiva de 7,0% em comparação com o exercício anterior. Dentre os indicadores que contribuíram para esse desempenho, estão o crescimento em relação ao ano anterior, das receitas com fornecimento, suprimento e operação e manutenção de usinas (R\$ 369,4 milhões); e com energia elétrica de curto prazo (R\$ 386,0 milhões). No período de 2015 a 2019, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 6,7%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 1.049,1 milhões no ano de 2019 representando um aumento de 4,6% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 703,5 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (aumento de 3,7% em relação a 2018, e R\$ 345,6 milhões a encargos regulatórios (aumento de 6,5% em relação a 2018). No período de 2015 a 2019, a taxa de crescimento anual composta (CAGR) foi de 9,3%.

A **receita operacional líquida (ROL)**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, apresentou um crescimento de 7,0% em relação ao exercício anterior, passando de R\$ 4.779,7 (em 2018) para R\$ 5.137,9 (em 2019). Os indicadores responsáveis por este crescimento são os mesmos que afetaram à ROB. De 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi +6,2%.

Os **custos e despesas operacionais** totalizaram R\$ 4.385,3 milhões no exercício de 2019, apresentando um crescimento de R\$ 379,8 milhões (9,5%) em relação ao exercício anterior. Esse crescimento foi decorrente, principalmente, da variação negativa apurada no registro de provisão/reversão de impairment (R\$ 64,0 milhões); da variação negativa decorrente da reversão da provisão para perdas na realização de investimentos (R\$ 272,4 milhões); do aumento nos custos de energia elétrica comprada pra revenda (R\$ 40,2 milhões); do aumento dos custos de encargos de uso de rede elétrica (R\$ 99,6 milhões); da variação negativa decorrente da reversão de outras provisões FID (R\$ 58,5 milhões); e de outras provisões GAG Melhoria (R\$ 147,2 milhões). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -1,6%, no período de 2015 a 2019.

Custos e Despesas Operacionais	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	Análise Horizontal (%)	
	Total	Total	Total	2019 Vrs. 2018	2018 Vrs. 2017
Energia elétrica comprada para revenda	307.340	267.126	311.103	15,05	(14,14)
Encargos de uso da rede de transmissão	712.357	612.767	634.616	16,25	(3,44)
Custo de construção	471.275	835.002	620.834	(43,56)	34,50
Custo de melhoria	40.028	29.845	-	34,12	-
Pessoal	1.368.067	1.317.285	1.492.432	3,86	(11,74)
Material	40.346	29.033	25.895	38,97	12,12
Serviços de terceiros	257.994	227.555	217.300	13,38	4,72
Arrendamentos e aluguéis	15.726	14.830	15.215	6,04	(2,53)
Seguros	13.078	11.173	11.435	17,05	(2,29)
Tributos	12.345	10.791	6.907	14,40	56,23
Depreciação e amortização	111.775	94.448	96.083	18,35	(1,70)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	97.097	113.712	21.703	(14,61)	423,95
Provisões para contingências	416.895	536.564	515.098	(22,30)	4,17
Provisão/reversão contrato oneroso	8.449	30.701	(95.320)	(72,48)	(132,21)
Provisão/reversão impairment	(74.977)	(138.977)	(763.290)	(46,05)	(81,79)
Provisão/reversão para perdas na realização de investimentos	262.071	(10.343)	248.628	(2.633,80)	(104,16)
Outras provisões - FID	-	(58.522)	58.522	(100,00)	(200,00)
Outras Provisões - GAG melhoria	147.222	-	-	-	-
Prov. p/ Cred. Liq. Duvidosa - Leniência	10.518	-	-	-	-
Outros	167.727	82.503	5.972	103,30	1.281,50
<b>Total</b>	<b>4.385.333</b>	<b>4.005.493</b>	<b>3.423.133</b>	<b>9,48</b>	<b>17,01</b>

O **resultado do serviço (EBIT)** foi positivo em R\$ 752,6 milhões, representando uma redução de R\$ 21,6 milhões em relação ao montante de R\$ 774,2 milhões obtido em 2018. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de 16,2% em 2018, para 14,6% em 2019, uma variação de -1,6 pontos percentuais.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 1.477,3 milhões em 2019, contra o montante de R\$ 720,1 milhões em 2018. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 28,7% em 2019 contra 15,0% obtida em 2018, representando um aumento de 13,7 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2019 foi de R\$ 4.165,4 milhões, contra R\$ 3.296,2 milhões gerados em 2018, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (31,1%); impostos,

taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (-19,0%); terceiros (4,2%); e lucro aos acionistas (83,7%).

#### **b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

#### **c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2019, 27,08% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (25,25% em 2018, 15,98% em 2017); 27,78% estavam indexados pelo CDI (40,29% em 2018, 60,82% em 2017); 25,82% dessas obrigações estavam indexadas pela taxa de juros de longo prazo (22,24% em 2018, 17,34% em 2017); e apenas 6,21% eram reajustados pelo IPCA.

### **10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

#### **a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

#### **b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 522,2 milhões em 2017 e R\$ 358,0 milhões em 2018. No ano de 2019, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) totalizaram R\$ 358,0 milhões, que se deu através da integralização de capital e da realização de adiantamentos para futuro aumento de capital no montante R\$ 324,0 milhões, acrescidos de mais R\$ 34,0 milhões investidos na aquisição da participação acionária na TDG, adquirida da Future ATP Serviços de Engenharia Consultiva Ltda (antiga ATP Engenharia Ltda), significando assim a manutenção do mesmo volume de investimento em relação ao ano de 2018. No período de 2015 a 2019, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -28,3%.

As Sociedades de Propósito Específico nas quais a Companhia tem participação, bem como, o respectivo saldo contábil dos investimentos nos três últimos exercícios, são os seguintes:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	27/10/2003	213.480	165.749	216.741
- Energética Águas da Pedra S.A.	12,00%	03/04/2007	116.345	111.518	111.349
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008	755.531	685.371	657.257
- Energia Sustentável do Brasil S.A.	20,00%	29/06/2018	1.420.422	1.488.223	1.648.570
- Manaus Construtora Ltda.	19,50%	30/01/2009	7.701	7.508	7.545
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	100,00%	12/01/2010	152.670	31.841	27.309
- Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010	2.110.038	2.058.675	1.725.233
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011	338.623	272.085	356.302
- Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014	-	-	131.635
- Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	28/10/2013	242.412	222.474	269.749
- Usina de Energia Eólica Acauã Energia S.A.	99,93%	14/11/2013	40.069	35.535	36.644
- Usina de Energia Eólica Angical 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	58.054	48.596	56.564
- Usina de Energia Eólica Arapapá Energia S.A.	99,90%	14/11/2013	32.200	27.057	31.504
- Usina de Energia Eólica Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	58.925	51.598	50.780
- Usina de Energia Eólica Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	62.228	49.055	48.946
- Usina de Energia Eólica Carcará Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	62.502	48.202	51.232
- Usina de Energia Eólica Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	14/11/2013	61.497	51.123	51.883
- Usina de Energia Eólica Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	14/11/2013	52.865	41.741	45.528
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	03/02/2014	112.912	102.174	100.899
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	03/02/2014	81.162	68.064	58.547
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	03/02/2014	99.341	91.445	81.282

**Em 2018** houve a baixa dos investimentos nas SPES *Pedra Branca S.A.*, *São Pedro do Lago S.A.*, *Sete Gameleiras S.A.*, *Serra das Vacas Holding S.A.*, *Chapada do Piauí II Holding S.A.*, *Integração Transmissora de Energia S.A.*, *Chapada do Piauí I Holding S.A.* e *Manaus Transmissora de Energia S.A.* com a efetiva transferência de seus ativos para a Eletrobras, em decorrência da Dação em Pagamento, e a transferência contábil do saldo de investimentos das SPES *Baraúnas I Energética S.A.*, *Morro Branco I Energética S.A.*, *Mussambê Energética S.A.*, *Baraúnas II Energética S.A.*, *Banda de Couro Energética S.A.*, *Vamcruz I Participações S.A.* e, para Ativos mantidos para venda, no Ativo Circulante.

**Em 2019** ocorreu a baixa dos ativos mantidos para venda em decorrência da venda dessas participações societárias, com exceção da Vamcruz I Participações S.A., bem como, a incorporação da **Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.** e aquisição da totalidade das ações da **TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.** para posterior incorporação.

#### **Incorporação da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.**

A Extremoz foi constituída em 27 de julho de 2011 (data de inscrição no CNPJ) pelas mesmas empresas que participaram do Consórcio vencedor do Leilão: **CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**, com 51% do capital social, e **Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf**, com 49% do capital social da Extremoz.

Em 10 de junho de 2011, data em que o consórcio sagrou-se vitorioso na disputa pelo Lote A do Leilão de Transmissão nº001/2011-Aneel, a CTEEP informou a desistência de sua participação nesse Projeto e/ou Empreendimento, concordando, no entanto, que a Chesf continuasse a participar daquele Leilão com vistas a receber a autorização da Aneel para a exploração do empreendimento, caso o Consórcio vencesse a disputa. Dando sequência natural ao processo, considerando o êxito obtido no certame, foi criada então a Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S/A, viabilizando-se assim a assinatura do Contrato de Concessão nº 08/2011, em 13/10/2011.

A Diretoria Executiva da Chesf, através da Decisão de Diretoria nº 21.06/2012, em 14/05/2012, aprovou a reestruturação societária da ETN, contemplando a assunção pela Chesf da participação acionária da CTEEP, para torná-la sua subsidiária integral, prevendo uma posterior incorporação. A referida aprovação foi homologada pelo Conselho de Administração da Chesf em 28/05/2012, através da Deliberação nº 411.03/2012. O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a operação em 10/08/2012, através da Deliberação nº 088/2012, estabelecendo o prazo de até dois anos contados da deliberação do Conselho. Ao término desse prazo, essas decisões anteriores foram ratificadas pela Diretoria Executiva da Chesf, através da Decisão de Diretoria nº 51.08/2015, em 13/10/2015, e pelo seu Conselho de Administração, através da Deliberação nº 483.03/2015, de 21/10/2015. As aprovações da Chesf e da Eletrobras estão condicionadas às prévias aprovações da ANEEL, DEST, CADE e Ministério da Fazenda.

A Extremoz, em 05/03/2015, solicitou para ANEEL, por meio da carta CE-ETN 0388/2015, a anuência para a transferência do controle acionário, bem como a emissão do correspondente termo aditivo ao contrato de concessão. A Agência reguladora anuiu a referida transação com a publicação da Resolução Autorizativa nº 5.218, de 12/05/2015, estipulando o prazo de 120 dias para implementação. Findo o prazo, através do Despacho Nº 3.329, de 28/09/2015, a Aneel anuiu a prorrogação do prazo em mais 120 dias contados a partir de 20/09/2015.

Através da CE-ETN 1021/2015, de 11/06/2015, a ETN solicitou a manifestação formal do CADE acerca do ato de concentração econômica referente à alteração do controle societário da SPE, por meio de transferência de ações. A Autarquia, entre outras condicionantes apresentadas, demandou a anuência do DEST para a operação. Em 11/12/2015, através do Despacho SG nº 1579/2015, publicado no DOU de 14/12/2015, o CADE anuiu pela aprovação sem restrições, do processo de transferência da participação acionária da CTEEP na EXTREMOZ para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, restando a EXTREMOZ como Subsidiária Integral da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf.

Em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Em 14/08/2017, foi emitido um relatório pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras Holding (Relatório à Diretoria Executiva – DF 068/2017), referente a atualização dos estudos para a ratificação das decisões que aprovaram a reestruturação societária da ETN. Com os fundamentos do relatório, através da RES-556/2017, a Diretoria Executiva da Eletrobras e por meio da DEL-194/2017 Conselho de Administração da Eletrobras, aprovaram a reestruturação, contemplando a assunção do controle acionário da ETN pela Chesf e, posteriormente, a sua incorporação.

Em 26/10/2017, foi emitido o Despacho da Aneel nº 3.599/2017, com a permissão da operação na qual a CTEEP venderá todas as suas ações de emissão da ETN para a Chesf, desta forma, a Chesf será detentora de 100% das ações representativas do capital social da ETN.

Em 07/11/2017, a Eletrobras encaminhou ao Ministério de Minas e Energia a carta CTA-DF-2697/2017, referente a assunção do controle acionário da Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, solicitando encaminhamento para manifestação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.MPDG sobre o assunto.

Em 29/11/2017, o Ministério de Minas e Energia encaminhou a SEST, através do Ofício nº 175/201/AGE/SE-MME, a carta CTA-DF-2697/2017 e seus anexos, ressaltando a aprovação da Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Eletrobras e o parecer favorável do Ministério.



Em 31/01/2018, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22597/2017-MP, aprovou o controle acionário formal da ETN, condicionando a sua incorporação até 30/06/2018.

Em 20/06/2018, a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-116/2018 para exame de manifestação de proposta de prorrogação de prazo para conclusão da incorporação da ETN, passando de 30/06/2018 para 30/09/2018.

Em 05/07/2018, atendendo a solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 13209/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 30/09/2018.

Em 06/08/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 1.763/2018, concedendo anuência para operação de incorporação da ETN, estabelecendo o prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de publicação do mesmo, para a implementação da operação.

Em 18/09/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-151/2018 para exame de manifestação de proposta nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 30/09/2018 para 07/12/2018.

Em 18/10/2018, atendendo à solicitação da Companhia, a SEST, conforme Nota Técnica nº 22551/2018-MP, prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 07/12/2018.

Em 19/11/2018, foi emitido o Despacho da Aneel nº 2.654/2018, concedendo prorrogação do prazo estabelecido pelo Despacho nº 1.763/2018, por mais 120 (cento e vinte) dias, para conclusão da operação de incorporação da ETN.

Em 20/12/2018 a Companhia encaminhou a SEST a carta CE-PR-190/2018, para exame de manifestação de proposta de nova prorrogação de prazo para conclusão de incorporação da ETN, passando de 07/12/2018 para 05/04/2019.

Em 17/01/2019, atendendo à solicitação da Companhia, o Ministério da Economia, por meio do Ofício nº 1000/2019 – MP prorrogou o prazo para conclusão da incorporação para 05/04/2019.

Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD, realizada em 19.06.2019, as propostas de incorporação da ETN pela Chesf e mudanças na escritura de debêntures foram aprovadas por 90,25% das debêntures em circulação.

Em 10/07/2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade de Propósito Específico Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. (“SPE”) pela Chesf e o laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido da SPE, exercício 2018, a ser vertido à Chesf. O Conselho Fiscal da Chesf emitiu parecer favorável à incorporação em 26.07.2019.

Após a obtenção de todas as anuências necessárias por parte dos órgãos reguladores, em 01/11/2019 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o Protocolo e Justificação de Incorporação da Sociedade de Propósito Específico Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. (“SPE”) pela Chesf e o laudo de Avaliação Contábil do Patrimônio Líquido da SPE, exercício 2018, a ser vertido à Chesf.

O processo de incorporação Chesf encontra-se concluído com a transferência de todos os ativos e passivos da incorporada Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. para a Chesf.

#### **TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.**

A TDG foi constituída em 11 de fevereiro de 2010 (data de inscrição no CNPJ) pelas mesmas empresas que participaram do Consórcio vencedor do Leilão: *ATP Engenharia Ltda.*, com 51% do capital social, e *Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf*, com 49% do capital social da TDG.

No primeiro semestre de 2018, as acionistas ATP e CHESF deram início a entendimentos visando à aquisição, pela CHESF, da totalidade das ações de emissão da TDG detidas pela ATP e consequente assunção do controle integral da TDG pela CHESF.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada na sede da TDG em 31/10/2019, foi aprovada a capitalização dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs) realizados pela Chesf, no valor histórico de R\$ 101,0 milhões, passando a Chesf a ter participação de 72,31%, enquanto que a ATP deterá 27,69%. De forma concomitante, foi realizada pela Chesf a aquisição da participação acionária da ATP na TDG pelo valor de R\$ 34,0 milhões, tornando-se assim sua controladora integral. O objetivo é a incorporação da TDG pela Chesf, condicionada à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”). Essa incorporação está em linha com o Plano Diretor de Negócio e Gestão 2019/2023 (“PDNG”) visando a simplificação das estruturas societárias do Sistema Eletrobras

Em 04/02/2020 a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) decidiu, em decorrência da reunião de sua diretoria, anuir a Incorporação da Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) Transmissora Delmiro Gouveia S.A. (“TDG”) pela Chesf.

A Transmissora Delmiro Gouveia S.A. é uma SPE localizada nos estados de Maranhão (MA) e Ceará (CE). Por meio do contrato de Concessão nº 004/2010, foi autorizada a construir as seguintes instalações:

#### 1) Subestações:

- Subestação Pecém II, em 500/230 kV – 3600 MVA com 4 bancos de autotransformadores de 400 MVA + 1 unidade reserva 400 MVA, cada, conexões, 6 interligações de barra, 2 reatores de linha 500 kV – 150 MVA, implantada em uma área de 19 ha, localizada no Estado do Ceará; e
- Subestação Aquiraz II, em 230/69 kV – 450 MVA com 4 transformadores trifásicos 150 MVA cada, 1 transformador de aterramento, conexões e interligação de barra, 4 bancos de capacitores 69 kV em 21,3 MVA, implantada em uma área de no mínimo 7,5 ha, também localizada no Estado do Ceará.

#### 2) Rede Básica:

- Linha de Transmissão em 230 kV São Luís II – São Luís III, Circuito 2, circuito simples;
- Trecho de Linha de transmissão em 500 kV, em dois circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 500kV Sobral III – Fortaleza II (CHESF) e a Subestação Pecém II, com aproximadamente 20 km;
- Aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Sobral III e Fortaleza II;
- Trecho de Linha de transmissão em 500 kV, em dois circuito simples, entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 500kV Sobral III – Fortaleza II (STN) e a Subestação Pecém II, com aproximadamente 20 km;
- Aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Sobral III e Fortaleza II;
- Trecho de linha de transmissão em 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da linha de 230 kV Banabuiú – Fortaleza (CHESF) e a Subestação Aquiraz, com aproximadamente 20 km; e
- Aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das Subestações Banabuiú e Fortaleza.

#### 3) Ampliações Autorizadas:

- Instalação na SE Aquiraz II do 4º Transformador Trifásico e do 2º transformador de aterramento (ReA 4877/2014);
- 1 módulo de entrada 69 kV para Cascavel e 2 módulos de entrada 69 kV para Euzébio (ReA 2837/2011).

### **c. eventos ou operações não usuais**

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

## **10.4 Os diretores devem comentar:**

### **a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Companhia adotou as normas do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (a) e CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com clientes (b) que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2018. A Companhia não estendeu a aplicação aos requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado visto que a norma não exige apresentação retroativa.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

### **b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece um novo conceito para o reconhecimento de receita, substituindo a CPC 30/IAS 18 Receita, a IAS 11 Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia aplica um modelo de cinco etapas, sendo elas, identificação do contrato, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço de transação e reconhecimento da receita, para determinar quando reconhecer a receita, e por qual valor. O modelo especifica que a receita deve ser reconhecida quando (ou conforme) uma entidade transfere o controle de bens ou serviços para os clientes, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo se determinados critérios são cumpridos, a receita é reconhecida:

Com o passar do tempo, de uma forma a refletir o desempenho da entidade da melhor maneira possível; ou Em um determinado momento, quando o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A norma determina que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso deixarão de ter as respectivas receitas reconhecidas. No exercício não foram identificados contratos que se enquadrem nesse item.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, há três principais categorias de classificação para os ativos financeiros, aqueles: Custo amortizado (CA), instrumento patrimonial mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Tal classificação e mensuração é baseada, em duas condições: (i) o modelo de negócios da Companhia no qual o ativo é mantido; e (ii) nas características de fluxo de caixa contratual do referido ativo financeiro.

### **c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, datado de 27 de março de 2020, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:**

***Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto***

Conforme mencionado na Nota nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte Energia S.A., investidas nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, apresentavam, em 31 de dezembro de 2019, excesso de passivos sobre ativos circulantes de R\$ 197.256 mil e 3.274.157 mil, respectivamente. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 36.3, a Companhia mantém investimentos e assumiu compromisso para fazer aportes adicionais em Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento e continuidade de projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira) da investida Energia Sustentável do Brasil S.A. A continuidade operacional dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “***Situação operacional das empresas controladas e controladas em conjunto***”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em operação comercial. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, datado de 22 de março de 2019, não contém ressalvas e possui a seguinte ênfase:**

***Projetos hidroelétricos de empresas investidas***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 32.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos, sendo o mais relevante o projeto da UHE Jirau (Rio Madeira). Adicionalmente, as investidas Energia Sustentável do Brasil S.A. e Norte Energia S.A., nas quais a Companhia participa com 20% e 15%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2018, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 3.157.532 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à “***Projetos hidroelétricos de empresas investidas***”, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, datado de 19 de março de 2018, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:**

***“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato***

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o valor correspondente relativo ao lucro líquido individual e consolidado da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparabilidade, foi diminuído em R\$ 27.450 mil, como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

***Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos em SPEs que se encontram em fase pré-operacional e que vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidroelétricos e eólicos, sendo os mais relevantes os projetos hidrelétricos da UHE Belo Monte (Rio Xingu), UHE Sinop (Rio Teles Pires) e Complexo Eólico Pindiaí I. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., que se encontram em fase pré-operacional, nas quais a Companhia participa com 20%, 15% e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo, no montante R\$ 2.650.340 mil. A conclusão das obras dessas investidas depende do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigação dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das Empresas do Sistema Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas do Sistema Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Projetos hidroelétricos e eólicos de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões e o valor novo de reposição.
- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.

- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

**10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como**
- arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
  - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
  - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
  - contratos de construção não terminada**
  - contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2019, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

**10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

- como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- natureza e o propósito da operação**
- natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

**10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo**

- descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A Companhia, no exercício de 2019, teve seu Orçamento de Investimento aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.808, de 15/01/2019.

A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO 2019
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>73.768</b>
Manutenção de bens imóveis	1.093
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	35.629
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	37.046

<b>GERAÇÃO</b>	<b>69.996</b>
Manutenção sistema de geração de energia	34.923
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	33.624
Implantação de Parques Eólicos Futuros	1.449
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>474.471</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	71.500
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	313.925
Manutenção do sistema da transmissão	89.046
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>618.235</b>

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2020, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.978, de 20/01/2020, o valor total de R\$ 1.868,0 milhões, com as seguintes aplicações:

DESCRIÇÃO	R\$ mil
	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020
<b>INFRAESTRUTURA</b>	<b>166.081</b>
Manutenção de bens imóveis	31.149
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	53.258
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	81.674
<b>GERAÇÃO</b>	<b>294.744</b>
Manutenção sistema de geração de energia	197.109
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	81.696
Implantação de Parques Eólicos Futuros	6.002
Central Fotovoltaica em Petrolina	1.935
Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Itaparica	1.000
Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste	1.000
Implantação de Centrais Solares Futuras	6.002
<b>IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA</b>	<b>63.093</b>
<b>TRANSMISSÃO</b>	<b>1.344.054</b>
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	252.233
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	654.542
Manutenção do sistema da transmissão	437.279
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.867.972</b>

## ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações e financiamentos e empréstimos.

## iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas do Sistema Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2018-2022, divulgado ao mercado em 17 de dezembro de 2017, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas



Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

Dentre tais iniciativas, no âmbito do pilar "Disciplina Financeira" existe a previsão de venda de ativos pela Eletrobras e por suas subsidiárias. No caso específico da Chesf, venda de participações em Sociedades de Propósito Específico – SPE.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Apenas o descrito no item a.

**c. novos produtos e serviços, indicando**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

**10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

## ANEXO 02

### DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Informações do Anexo 9-1-II da IN CVM 481/09)

#### 1. Informar o lucro líquido do exercício.

<b>2019 (R\$)</b>	
Lucro Líquido do Exercício	3.486.130.771,61

#### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

	Quantidade de Ações	Dividendos	Dividendo por Ação
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44741
Ações Ordinárias	54.151.081	726.739.180,81	13,42058
<b>Total</b>	<b>55.904.895</b>	<b>757.338.684,05</b>	<b>13,54691</b>

#### 3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A Administração, de acordo com o que estabelece o Estatuto Social da Companhia, propõe a distribuição de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do Art. 202, I c/c Art. 195-A da Lei das S.A. à título de dividendo obrigatório, conforme demonstrado abaixo:

<b>Lucro Líquido do Exercício (Art. 191 Lei nº 6.404/76)</b>	<b>3.486.130.771,61</b>
(-) Reserva legal (Art. 193 Lei nº 6.404/76)	-174.306.538,58
(-) Reserva de Incentivos Fiscais (Art. 195-A)	-282.469.496,82
<b>(=) Base de cálculo dos dividendos ajustada (artigo 202 da Lei 6.404/76)</b>	<b>3.029.354.736,21</b>
Dividendo Obrigatório	757.338.684,05
<b>(=) Percentual Lucro líquido Ajustado Distribuído</b>	<b>25%</b>

#### 4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

A Administração propõe a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores mantidos em Reserva Especial, no montante de R\$ 418,2 milhões, conforme demonstrado abaixo:

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Dividendos	Dividendo por Ação
Ordinárias	54.151.081	2017	418.223.066,27	7,72326
Ordinárias	54.151.081	2018	1.912,57	0,00004
<b>TOTAL</b>			<b>418.224.978,84</b>	

**5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

- a. **O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe**

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Dividendos	Dividendo por Ação
Ordinárias	54.151.081	2017	418.223.066,27	7,72326
Ordinárias	54.151.081	2018	1.912,57	0,00004
Preferenciais	1.753.814	2019	30.599.503,24	17,44741
Ordinárias	54.151.081	2019	726.739.180,82	13,42058
<b>TOTAL</b>			<b>1.175.563.662,89</b>	

- b. **A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**  
c. **Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**  
d. **Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

A remuneração aos acionistas será paga na data que vier a ser fixada na Assembleia Geral Ordinária - AGO de Acionistas, ou de acordo com a Lei Societária, no caso de a AGO não se pronunciar sobre a matéria, e terão os seus valores atualizados monetariamente a partir da data de encerramento do exercício a que se referem, até a data do pagamento, com base na variação da taxa Selic. Sobre a parcela referente a atualização incidirá IRRF.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**

- a. **Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.**  
b. **Informar a data dos respectivos pagamentos.**

O item 6 não é aplicável, tendo em vista que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

- a. **Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.**

	2019	2018	2017	2016
	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)
Lucro Líquido por Ação	59,85447	4,78988	18,67756	71,28669

- b. **Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Tipo/Espécie de Ações	Quantidade de Ações	Exercício	Data de Pagamento	Dividendos	Dividendo por Ação
Preferenciais	1.753.814	2017	2018	30.599.503,24	17,44741
Ordinárias	54.151.081	2017	2019	128.035.343,76	2,36441
Preferenciais	1.753.814	2018	2019	30.599.503,24	17,44741

Em relação ao **exercício de 2016**, não houve distribuição de dividendos em razão de prejuízos acumulados dos exercícios de 2012 a 2016.

## 8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

### a. Identificar o montante destinado à reserva legal

2019 (R\$)
174.306.538,58

### b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>3.486.130.771,61</b>
(x) percentual reserva legal	5%
<b>(=) Reserva legal</b>	<b>174.306.538,58</b>

## 9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

### a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Os acionistas detentores de ações preferenciais, quando da destinação dos lucros do exercício, tem a garantia estatutária de que o valor da parcela dos lucros atribuível a essas ações será de no mínimo equivalente a 10% do valor do capital social dessas ações.

### b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro líquido é suficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos aos acionistas preferencialistas

### c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

### d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

	Quantidade de Ações	Dividendo Mínimo	Dividendo por Ação
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44740505

### e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

	Quantidade de Ações	Dividendo Mínimo	Dividendo por Ação
Ações Preferenciais	1.753.814	30.599.503,24	17,44740505

## 10. Em relação ao dividendo obrigatório

### a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório correspondente a: (i) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; mais (ii) o saldo do lucro líquido do exercício, se houver, que remanescer após as destinações mencionadas nos arts. 193 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente.**

O dividendo mínimo obrigatório calculado na forma descrita no item 10a acima, será pago aos acionistas. O saldo do lucro líquido remanescente será pago tão logo a situação financeira da companhia permitir.

**c. Informar o montante eventualmente retido.**

R\$ 2.272.016.052,15

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia**

**a. Informar o montante da retenção.**

<b>Lucro líquido Exercício 2019</b>	<b>3.486.130.771,61</b>
(-) Reserva Legal	174.306.538,58
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	282.469.496,82
(-) Dividendo Obrigatório	757.338.684,06
<b>(=) Reserva Especial Lucro</b>	<b>2.272.016.052,15</b>

**b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.**

Em 31 de dezembro de 2019 a dívida líquida da Companhia somava R\$ 93,2 milhões, sendo que a geração de caixa operacional representada pelo EBITDA ajustado (excluindo-se os eventos não recorrentes) foi de R\$ 1.156 milhões no mesmo exercício. A situação financeira da companhia e a necessidade de cumprir os compromissos contratuais assumidos, torna-se necessária a gestão criteriosa de todos os recursos financeiros para otimizar o caixa da companhia.

**c. Justificar a retenção dos dividendos.**

A distribuição da totalidade dos dividendos referente ao exercício de 2019 (R\$ 3.029 milhões) é incompatível com a situação financeira da Companhia. De acordo com Plano de Negócios e Gestão da Companhia - PNG 2020 a 2024, foi previsto o pagamento à título de dividendos o montante de R\$ 1.175,5 milhões, sendo distribuído referente ao exercício de 2019 apenas a parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 757,3 milhões, e de parte do que foi retido como reserva especial nos exercícios de 2017 e 2018 no valor de 418,2 milhões. O critério adotado para o pagamento desses dividendos será o de antiguidade (do mais antigo para o mais recente).

São justificativas para a retenção de lucros em Reserva Especial a existência dos seguintes fatores:

- existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subsequente execução, como aquela que envolve a GSF (R\$ 1.084 milhões, provisionados);
- a necessidade de aportes de recursos em algumas SPE's;

- o principal da dívida previsto para o exercício de 2020, que deve requerer desembolso de R\$ 183,8 milhões.

## 12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- Identificar o montante destinado à reserva.**
- Identificar a perda considerada provável e sua causa.**
- Explicar porque a perda foi considerada provável.**
- Justificar a constituição da reserva**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de contingências.

## 13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.**
- Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

## 14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**
- Identificar o montante destinado à reserva.**
- Descrever como o montante foi calculado.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas estatutárias.

## 15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- Identificar o montante da retenção.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

- Fornecer cópia do orçamento de capital.**

Item não aplicável, uma vez que não haverá destinação de resultado para reservas de investimentos.

## 16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- Informar o montante destinado à reserva**

<b>2019 (R\$)</b>
R\$ 282.469.496,82

- Explicar a natureza da destinação**

A reserva de incentivo fiscal foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea “d” do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

## ANEXO 03

### INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

#### 13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

##### 13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

###### a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

###### b. composição da remuneração, indicando:

###### i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários; (ii) gratificação natalina; (iii) gratificação de férias; (iv) auxílio alimentação; (v) auxílio moradia; (vi) plano de saúde; (vii) seguro de vida; (viii) previdência complementar; (ix) quarentena; (x) RVA; (xi) INSS e (xii) FGTS. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

#### Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessaç�o do Exerc�cio do Cargo	Os membros do Conselho de Administra�o n�o s�o remunerados por benef�cio motivados pela cessa�o do exerc�cio do cargo.
Remunera�o Baseada em A�oes	Os membros do Conselho de Administra�o n�o s�o remunerados por remunera�es baseada em a�oes.

#### Diretoria Estatutária

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, auxílio moradia, bem como, não

	devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseada em ações.

### Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
<b>Remuneração Variável</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseada em ações.

### ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2018			2017			2016		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>Remuneração Fixa Mensal</b>									
Salário ou pró-labore	100%	82%	100%	100%	82%	100%	100%	84%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	6%	-	-	6%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Variável</b>									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	1%	-	-	0%	-	-	1%	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	-	11%	-	-	11%	-	-	11%	-
<b>Cessação do Exercício do Cargo</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Remuneração Baseada em Ações</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

### iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração



A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

(i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;

(ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

#### **iv. razões que justificam a composição da remuneração**

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

#### **v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

#### **c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

#### **d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.

- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: Os membros da Diretoria Estatutária receberão remuneração variável, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

**e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

**f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não praticado.

**g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**

Não praticado.

**13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**

2020*				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	3,00	15,00
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	386.043,00	2.828.151,46	13.787,25	3.227.981,71
· Benefícios direto e indireto	0,00	1.581.120,44	0,00	1.581.120,44
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	357.937,90	-	357.937,90
· Participação de resultados	-	0,00	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>		367.659,60		367.659,60
<b>Cessação do cargo</b>	-	-	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>386.043,00</b>	<b>5.134.869,39</b>	<b>13.787,25</b>	<b>5.534.699,64</b>

\*Os valores de 2020 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2020 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2019, para o período de abril/2019 a março/2020, e os valores de abril a dezembro de 2020 estão baseados na proposta que será submetida a AGO/2020. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	7,00	5,00	3,00	15,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	5,67	5,00	3,00	13,67
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	312.511,00	2.510.724,18	165.447,00	2.988.682,18
· Benefícios direto e indireto	-	177.565,82	-	177.565,82
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	0,00
· Participação de resultados	-	0,00	-	0,00
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	324.054,68	-	324.054,68
<b>Cessaçã o do cargo</b>	-	0,00	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>312.511,00</b>	<b>3.012.344,68</b>	<b>165.447,00</b>	<b>3.490.302,68</b>
2018				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Nº total de membros</b>	6,00	5,00	3,00	14,00
<b>Nº de membros remunerados</b>	6,00	4,75	3,00	13,75
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	269.801,17	3.027.669,64	162.265,32	3.459.736,13
· Benefícios direto e indireto	-	231.824,69	-	231.824,69
· Participações em comitês	-	-	-	0,00
· Outros	-	-	-	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	0,00
· Participação de resultados	-	20.619,23	-	20.619,23
· Participação em reuniões	-	-	-	0,00
· Comissões	-	-	-	0,00
· Outros	-	0,00	-	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	-	394.431,48	-	394.431,48
<b>Cessaçã o do cargo</b>	-	0,00	-	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	-	-	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>269.801,17</b>	<b>3.674.545,04</b>	<b>162.265,32</b>	<b>4.106.611,53</b>

2017				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	4,50	5,17	2,83	12,50
<b>Remuneração fixa anual:</b>				
· Salário ou pró-labore	239.611,52	3.163.794,35	155.194,94	3.558.600,81
· Benefícios direto e indireto	-	234.864,41	-	234.864,41
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
<b>Remuneração variável:</b>				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	14.610,89	-	14.610,89
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	430.493,92	-	430.493,92
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>239.611,52</b>	<b>3.843.763,57</b>	<b>155.194,94</b>	<b>4.238.570,03</b>

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

2020*				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Número de membros remunerados	0,00	5,00	0,00	5,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0,00	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	357.937,90	-	357.937,90
· Valor previsto no resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>357.937,90</b>	<b>0,00</b>	<b>357.937,90</b> (*)

Os valores de 2020 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

2019				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	7,00	5,00	3,00	15,00
Número de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	0,00	-	0,00
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

2018				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	20.619,23	-	20.619,23
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>	<b>0,00</b>	<b>20.619,23</b>

2017				
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	0,00	1,00	0,00	1,00
<b>Em relação ao bônus:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	0,00
<b>Em relação a participação nos lucros:</b>				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	0,00
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	0,00
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	14.610,89	-	14.610,89
<b>Total da remuneração</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>	<b>0,00</b>	<b>14.610,89</b>

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

#### 13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

### 13.5 Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

### 13.6 Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### 13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### 13.8 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

### 13.9 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão.

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	1	0

### 13.10 Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Caixa Seguradora

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
2019	Diretoria	5	5,17	Fachesf	1	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.454.183,10	R\$ 48.324,38	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 903.653,61	R\$ 143.234,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Caixa Previdência	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 432.704,62	R\$ 134.319,60	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

2018	Diretoria	5	5,17	Fachesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.405.858,72	R\$ 226.581,27	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 760.419,61	R\$ 26.460,00	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Caixa Previdência	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 298.385,02	R\$ 146.716,51	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2017	Diretoria	5	5,17	Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 6.179.277,45	R\$ 244.330,67	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 733.959,61	R\$ 30.241,62	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	1	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	3	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 151.668,51	R\$ 131.171,41	Não há condições, resgate a qualquer tempo.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fachesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fachesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

### 13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
<b>2019</b>	número de membros	7,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,67	5,00	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 732.432,85	R\$ 55.149,00
	valor da menor remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 410.434,94	R\$ 55.149,00
	valor médio da remuneração individual	R\$ 55.149,00	R\$ 602.468,94	R\$ 55.149,00
<b>2018</b>	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,00	4,75	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 54.088,44	R\$ 1.039.548,23	R\$ 54.088,44
	valor da menor remuneração individual	R\$ 16.968,92	R\$ 244.708,16	R\$ 54.088,44
	valor médio da remuneração individual	R\$ 44.966,86	R\$ 773.588,43	R\$ 54.088,44
<b>2017</b>	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	4,50	5,17	2,83
	valor da maior remuneração individual	R\$ 54.795,48	R\$ 990.596,04	R\$ 54.795,48
	valor da menor remuneração individual	R\$ 1.779,00	R\$ 24.810,42	R\$ 13.787,25
	valor médio da remuneração individual	R\$ 53.247,00	R\$ 743.954,24	R\$ 54.774,68

Mês	2019			2018			2017		
	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	5	5	3	6	5	3	6	6	3
Fevereiro	5	5	3	6	5	3	5	5	3
Março	5	5	3	6	5	3	5	5	3
Abril	5	5	3	6	5	3	3	5	1
Mai	6	5	3	6	6	3	4	5	3
Junho	6	5	3	6	5	3	4	5	3
Julho	6	5	3	6	5	3	4	5	3
Agosto	6	5	3	6	5	3	4	5	3
Setembro	6	5	3	6	4	3	4	5	3
Outubro	6	5	3	6	4	3	5	5	3
Novembro	6	5	3	6	4	3	5	6	3
Dezembro	6	5	3	6	4	3	5	5	3
<b>Total</b>	<b>68</b>	<b>60</b>	<b>36</b>	<b>72</b>	<b>57</b>	<b>36</b>	<b>54</b>	<b>62</b>	<b>34</b>
<b>Média</b>	<b>5,67</b>	<b>5,00</b>	<b>3,00</b>	<b>6,00</b>	<b>4,75</b>	<b>3,00</b>	<b>4,50</b>	<b>5,17</b>	<b>2,83</b>

### 13.12 Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

### 13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores.



Na remuneração total devida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

**13.14 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.**

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

**13.16 Outras informações relevantes.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

**ANEXO 04**

**PARECER ESPECÍFICO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A RETENÇÃO DE  
DIVIDENDO OBRIGATÓRIO SOB A FORMA DE RESERVA ESPECIAL EM  
CUMPRIMENTO AO PARÁGRAFO 4º ART. 202 DA LEI 6.404/1976.**

\* \* \*

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Com vistas ao atendimento do disposto no §4º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, o Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, examinou as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, e a Proposta da Administração para a 72ª Assembleia Geral Ordinária, todos referentes ao exercício findo em 31/12/2019, assim como buscou informações complementares junto aos técnicos da empresa.

De acordo com o contido nos referidos documentos, e também com as informações adicionais prestadas, constata-se que a CHESF, a despeito de ter apurado lucro líquido no exercício de 2019 de R\$ 3.486 milhões, a distribuição integral dessa quantia, a despeito da melhoria observada na geração operacional de caixa medida pelo EBITDA Ajustado, que passou de R\$ 720 milhões em 2018 para R\$ 1.477 milhões em 2019, e da redução do endividamento com o sistema financeiro e com a controladora, que passou de R\$ 1.650 milhões para R\$ 1.333 milhões, pode dificultar a gestão de caixa no próximo exercício pelos seguintes fatores:

- a. existência de ações com risco de perda provável que, a despeito dos provisionamentos efetuados, podem pressionar o caixa da empresa no caso de decisão judicial conclusiva e uma subsequente execução, como aquela que envolve a GSF (R\$ 1.081 milhões, provisionados);
- b. fazer frente ao orçamento de investimentos em 2020, no montante de R\$ 1.868 milhões;
- c. o serviço da dívida previsto para o exercício de 2020, que deve requerer desembolso de R\$ 212 milhões.

Dessa forma, o Conselho Fiscal entende que a retenção de parte do lucro sob a forma de reserva especial, nos termos propostos pela diretoria, pode, diante das incertezas existentes, tornar a gestão de caixa da empresa menos vulnerável à materialização de riscos, reduzindo assim a necessidade de se recorrer a fundos da controladora ou do sistema financeiro, ou de se promover ajustes orçamentários que venham a retardar investimentos, comprometendo os compromissos assumidos pela CHESF perante o agente regulador.

Recife, 27 de março de 2020.

*Hélio Mourinho Garcia Júnior*  
**Presidente**

*Denis do Prado Netto*  
**Conselheiro**

*Felipe Baptista da Silva*  
**Conselheiro**